

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

CADERNO DE ENCARGOS

DESIGNAÇÃO:

**EMPREITADA PARA CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

PROCESSO N.º **20DC33CP017**

TIPO DE PROCEDIMENTO: **CONCURSO PÚBLICO**

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
1. OBJETO DO CONCURSO	4
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE	4
3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EMPREITADA	4
4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EMPREITADA	5
5. ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS	5
6. AGRUPAMENTOS	5
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO	6
7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO EMPREITEIRO	6
SECÇÃO I – PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS	7
8. PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA.....	7
SECÇÃO II - PRAZOS DE EXECUÇÃO	7
9. PRAZO DE VIGÊNCIA.....	7
10. PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA.....	9
11. CAUÇÃO	9
12. OUTROS ENCARGOS DO EMPREITEIRO	9
13. MULTAS POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS	10
14. ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS.....	11
SECÇÃO III - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA	11
15. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS	11
16. TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS	13
17. LOCAIS E INSTALAÇÕES CEDIDOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA	14
18. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS.....	14
19. TRABALHOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA.....	14
20. DEPÓSITO E ARMAZENAGEM DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS OU ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO	14
21. REMOÇÃO DOS MATERIAIS, ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO OU DEMOLIÇÃO	15
22. APLICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO	16
23. DEPÓSITO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADOS À OBRA	16
24. MEDIÇÕES.....	16
25. PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS	16
SECÇÃO IV - PESSOAL	16
26. OBRIGAÇÕES GERAIS	16
27. HORÁRIO DE TRABALHO.....	17
28. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO	17
CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DA SCML	18
29. PREÇO	18
30. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	18
31. DESCONTOS NOS PAGAMENTOS	19
32. MORA NO PAGAMENTO	20
33. REVISÃO DE PREÇOS	20
SECÇÃO V - SEGUROS	20
34. CONTRATOS DE SEGURO	20
35. OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO	21
CAPÍTULO IV – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	23
36. ENQUADRAMENTO	23
37. ÂMBITO DA EMPREITADA	23
38. DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES A REALIZAR	23
39. ACOMPANHAMENTO AO DONO DE OBRA - VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE FRAÇÕES/FOGOS.....	25
40. ATIVIDADES E PRAZOS DAS EMPREITADAS A REALIZAR	26
41. ESTRUTURA DE GESTÃO: MEIOS HUMANOS E MATERIAIS A AFETAR AO CONTRATO	27
42. MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: PROCEDIMENTOS E FLUXO DA INFORMAÇÃO	29
CAPÍTULO V - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	29
43. REPRESENTAÇÃO DO EMPREITEIRO	29
44. REPRESENTAÇÃO DA SCML	31
CAPÍTULO VI - RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA.....	31
45. RECEÇÃO PROVISÓRIA.....	31
46. PRAZO DE GARANTIA.....	31

47. RECEÇÃO DEFINITIVA	32
48. RESTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS E QUANTIAS RETIDAS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO	32
CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	33
49. DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO	33
50. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	33
51. RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA SCML	34
52. RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO EMPREITEIRO	35
53. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR	36
54. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	36
55. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	36
56. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	38
57. CONTAGEM DOS PRAZOS	38
58. FORO COMPETENTE E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	38
ANEXO A - LOTE 1: EDIFÍCIOS CENTRAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	40
ANEXO B - LOTE 2: HOSPITAL ORTOPÉDICO DE SANT'ANA.....	40
ANEXO C - CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	40
ANEXO D - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	41

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. OBJETO DO CONCURSO

- 1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do concurso público para a realização da **empreitada para conservação dos edifícios da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**.
- 1.2. O presente procedimento encontra-se organizado por **2 (dois) LOTES**, conforme identificado nos **ANEXOS A e B** do presente Caderno de Encargos:
 - **LOTE 1 – EDIFÍCIOS CENTRAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**
 - **LOTE 2 - HOSPITAL ORTOPÉDICO DE SANT'ANA**

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, com o número de contribuinte 500 745 471, sita na Rua das taipas, n.º1 – 1250-264 Lisboa, com o correio eletrónico compras@scml.pt, adiante designada por Entidade Adjudicante ou SCML ou dona da obra.

3. DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE A EMPREITADA

- 3.1. A execução do contrato obedece:
 - 3.1.1. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - 3.1.2. Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante «CCP») e respetivas alterações;
 - 3.1.3. Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de Outubro, e respetiva legislação complementar;
 - 3.1.4. À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - 3.1.5. Às regras da arte.
- 3.2. Para efeitos do disposto em 3.1.1., consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
 - 3.2.1. O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
 - 3.2.2. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados e expressamente aceites pela SCML, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - 3.2.3. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - 3.2.4. O caderno de encargos
 - 3.2.5. A proposta adjudicada;
 - 3.2.6. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Empreiteiro;

3.2.7. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual.

4. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE REGEM A EMPREITADA

No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos na cláusula anterior, de **3.2.2.** a **3.2.6.**, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

5. ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

- 5.1.** As dúvidas que o Empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.
- 5.2.** No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
- 5.3.** O incumprimento do disposto no número anterior torna o Empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

6. AGRUPAMENTOS

- 6.1.** As entidades associadas para executar a empreitada objeto deste caderno de encargos devem constituir-se na modalidade de agrupamento complementar de empresas ou de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, como é especificado no programa do concurso observando as disposições legais portuguesas aplicáveis.
- 6.2.** No caso previsto no número anterior a SCML celebra um único contrato de empreitada com o agrupamento/consórcio, sem prejuízo de todos os membros do mesmo responderem solidariamente perante a SCML, pelo cumprimento pontual e integral do contrato que firmaram.
- 6.3.** Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de algum(ns) dos membros do agrupamento/consórcio deixar(em) de fazer parte do mesmo, e sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida, a sua responsabilidade pela execução da empreitada perante a SCML transita na íntegra para os restantes membros, sem prejuízo do direito de a SCML, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de se ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
- 6.4.** No caso previsto no ponto anterior a SCML, se o entender, pode ainda resolver o contrato sem prejuízo do direito a ser indemnizada, solidariamente, por todos os membros do agrupamento/consórcio, incluindo o desistente, dos prejuízos daí decorrentes.
- 6.5.** Salvo disposição imperativa da lei, qualquer alteração ao agrupamento/consórcio depende de prévia autorização, por escrito, da SCML. Esta autorização deve ser solicitada através de

requerimento escrito, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se for esse o caso.

- 6.6.** O agrupamento/consórcio deve designar um dos seus membros como representante e interlocutor perante a SCML, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os seus membros, nem do que a lei estipula quanto ao representante do Adjudicatário.
- 6.7.** O Adjudicatário, seja empresa individual, Agrupamento ou Consórcio, sempre que modificar os seus estatutos e escritórios permanentes deve comunicar esse facto de imediato à SCML, de modo a se garantirem permanentemente os contactos técnicos e administrativos durante o período de vigência do contrato.
- 6.8.** Para efeitos do presente procedimento e execução do contrato a celebrar, todos os membros do agrupamento/consórcio se submetem à legislação e ao foro portugueses designados no Contrato, com expressa renúncia a qualquer um outro.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO EMPREITEIRO

- 7.1.** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a)** Executar os trabalhos no âmbito da conservação preventiva e todos os restantes solicitados e acordados com a SCML, de forma profissional e responsável, e deslocar-se sempre que for solicitado pela SCML cumprindo os tempos de resposta acima estabelecidos.
 - b)** Responder perante a SCML relativamente a todas as ocorrências no decorrer dos trabalhos.
 - c)** Garantir que todos os seus trabalhadores, incluindo subcontratados, possuem identificação visível;
 - d)** Demonstrar à SCML que possui, em número suficiente, todos os meios humanos e materiais necessários para corresponder às exigências do presente Caderno de Encargos.
 - e)** Assegurar a disponibilidade para receber, via telemóvel, fora das horas normais, durante todos os dias do ano, e sempre que a SCML lhe comunique, a existência de qualquer anomalia e atuar na resolução/minimização dos problemas em conjunto com a SCML.
 - f)** Realizar reuniões semanais entre os técnicos do Adjudicatário e a SCML para avaliação e planeamento do trabalho realizado e a realizar.
 - g)** Concretizar as atividades de execução dos trabalhos de construção civil e especialidades de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o especificado.
 - h)** Disponibilizar os autos e base de dados à Entidade Adjudicante.
 - i)** Cumprir os requisitos e especificações técnicas previstas na legislação em vigor para o setor em questão.
- 7.2.** A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos

os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados às atividades e trabalhos, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

- 7.3.** O Adjudicatário fica também obrigado a comunicar à SCML, qualquer circunstância que lhe seja alheia e que possa prejudicar o normal cumprimento do contrato.
- 7.4.** O Adjudicatário fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e as condições de trabalho do pessoal nos termos da legislação aplicável, designadamente no que respeita ao seguro para cobertura de riscos e acidentes de trabalho, doenças profissionais e no que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho.
- 7.5.** Fica ainda responsável pela disciplina e aptidão profissional, bem como pela reparação de prejuízos por ele causados nas instalações, equipamentos e materiais da entidade adjudicante ou de terceiros.

SECÇÃO I – PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS

8. PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA

8.1. O Empreiteiro é responsável:

8.1.1. Perante a SCML, pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

8.1.2. Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do plano de segurança e saúde.

8.2. Compete ao Empreiteiro a disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos.

SECÇÃO II - PRAZOS DE EXECUÇÃO

9. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 9.1.** O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento entra em vigor na data da sua assinatura e terá a duração de **18 (dezoito) meses** a contar daquela data, podendo ser denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias através de correio registado com aviso de receção.

- 9.2. Durante a vigência do contrato, caso a SCML necessite de adicionar edifícios não contemplados nos Anexos do Programa do Concurso, estes são integrados no presente procedimento cumprindo-se os preços especificados pelo Empreiteiro.
- 9.3. Na execução do contrato, a SCML não está obrigada a atingir o preço contratual adjudicado por Lote, pagando apenas o correspondente aos trabalhos efetivamente executados.
- 9.4. Ao preço contratual adjudicado correspondente ao preço base por Lote do presente procedimento são descontados os trabalhos efetivamente executados, assim como o preço mensal fixo proposto pelo Empreiteiro, até este se esgotar.
- 9.5. Caso o preço contratual adjudicado não se esgotar durante a vigência do contrato, o mesmo termina sempre na data da sua conclusão.
- 9.6. Os trabalhos referentes à conservação corretiva realizam-se mediante solicitação da SCML, devendo esta explicitar o grau de exigência associado de acordo com a classificação definida na **cláusula 40.ª** deste Caderno de Encargos:

a) TIPO 1 – URGENTE

(avaria ou anomalia que originou a falha, total ou parcial, do elemento ou instalação e que retirou toda a sua operacionalidade)

- i. Atendimento imediato ao contato da SCML e resposta, por telefone e correio eletrónico, mencionando o prazo de realização da visita ao local até **1 (uma) hora** após o contato da SCML;
- ii. Presença no local da equipa de assistência técnica até **6 (seis) horas** após a chamada e resolução da anomalia no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** contadas da respetiva autorização / aprovação da SCML.

b) TIPO 2 – NORMAL

(avaria ou anomalia que pela sua natureza não põe em risco a segurança de pessoas e bens, nem prejudica o normal funcionamento das instalações e equipamentos)

- i. Resposta ao contato telefónico ou ao correio eletrónico da SCML, por correio eletrónico, mencionando o prazo de realização da visita até **24 (vinte e quatro) horas** após aquele contato da SCML;
- ii. Presença no local da equipa de assistência técnica até **120 (cento e vinte) horas** após a chamada e resolução da anomalia a acordar com a SCML.

c) TIPO 3 – PLANEADA

(intervenções planeadas pela SCML para melhoria de funcionamento das instalações e equipamentos)

- i. Resposta ao contato telefónico ou ao correio eletrónico da SCML, por correio eletrónico mencionando o prazo de realização da visita até **48 (quarenta e oito) horas** após aquele e contato da SCML;
- ii. Realização das intervenções de acordo com as orientações definidas pela SCML e sempre num prazo a acordar entre a SCML e o Empreiteiro.

- 9.7.** Os trabalhos referentes à manutenção preventiva realizam-se mediante solicitação da SCML devendo as atividades e prazos a aplicar corresponder à classificação de intervenção do TIPO 3 – PLANEADA da manutenção corretiva.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

- 10.1.** O Empreiteiro obriga-se a cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos que é elaborado para cada intervenção solicitada, devendo ser cumpridos na íntegra.
- 10.2.** No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao Empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
- 10.3.** Se houver lugar à execução de trabalhos complementares cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos.
- 10.4.** Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao Empreiteiro, considera-se automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global de execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.

11. CAUÇÃO

- 11.1.** O Adjudicatário garante mediante a prestação de caução o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato.
- 11.2.** O valor da caução é de **5% (cinco por cento)** do preço contratual e é prestada por depósito em dinheiro, ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou ainda mediante garantia bancária à primeira solicitação, ou por seguro-caução à primeira solicitação e acordo com os modelos anexos ao programa do concurso.
- 11.3.** Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo Adjudicatário é de **10% (dez por cento)** do preço contratual.
- 11.4.** A SCML promove a liberação da caução, nos termos do artigo 295.º do CCP.
- 11.5.** No caso de resolução do contrato, a caução só é extinta e restituído o depósito ou cancelada a garantia bancária ou o seguro, depois de apuradas e pagas, se a isso houver lugar, as quantias que forem devidas à SCML.
- 11.6.** Todas as despesas derivadas da prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

12. OUTROS ENCARGOS DO EMPREITEIRO

- 12.1.** Correm inteiramente por conta do Empreiteiro, que se considera para o efeito, o único responsável:

- 12.1.1.** A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;
- 12.1.2.** Tudo o que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos pelo Contrato, de acordo com a melhor técnica e regras da arte de construir/demolir e de harmonia com as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no caderno de encargos e com as disposições legais aplicáveis;
- 12.1.3.** O reforço dos meios de ação necessários para recuperação de atrasos;
- 12.1.4.** As medidas necessárias para evitar ou reduzir, quanto possível, incómodos aos usuários, vizinhos e passantes;
- 12.1.5.** As indemnizações devidas a terceiros por prejuízos resultantes das demolições ou vibrações resultantes da execução dos trabalhos;
- 12.1.6.** A manutenção e reparação das vias de comunicação públicas ou privadas que hajam sido comprovadamente afetadas em consequência dos trabalhos da empreitada ou da circulação de máquinas ou dos veículos com transportes de materiais, incluindo os dos subempreiteiros e das empresas especializadas no transporte e tratamento de resíduos;
- 12.1.7.** As operações de limpeza final das demolições, bem como a limpeza de todas as vias por onde tenha circulado o tráfego durante a execução dos trabalhos.
- 12.2.** O Empreiteiro é o único responsável por todos os acidentes ou danos, quer pessoais quer materiais, que os trabalhos de execução da obra ou as ações dos seus agentes ou operários, subempreiteiros, tarefeiros, fornecedores e montadores possam causar, tanto ao pessoal como a terceiros e a outras empresas que trabalhem na mesma obra, bem como à SCML e seus representantes.
- 12.3.** Quanto a prazos de comunicação de acidentes, o Empreiteiro obriga-se a informar, por escrito, a Fiscalização e o Coordenador de Segurança em Obra, no mais curto lapso de tempo possível a ocorrência de qualquer acidente de trabalho de que resulte a morte ou a lesão traumatológica de qualquer pessoa em serviço nas obras.

13. MULTAS POR VIOLAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

- 13.1.** Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, a SCML pode aplicar uma sanção, por cada hora excedida ao tempo acordado, relativamente ao tempo de execução das intervenções do "Tipo 1 – Urgente", em valor correspondente a **1 % (um por mil) do preço contratual** do valor mensal fixo relativo à gestão e execução do contrato, a qual será devidamente deduzida na faturação apresentada pelo adjudicatário no mês imediatamente seguinte ao que estiver em curso.

- 13.2.** Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, a SCML pode aplicar uma sanção, por cada dia excedido ao tempo acordado, relativamente ao tempo de execução das intervenções do "Tipo 2 – Normal" e "Tipo 3 – Planeada", em valor correspondente a **3 % (Três por mil) do preço contratual** do valor mensal fixo relativo à gestão e execução do contrato, a qual será devidamente deduzida na faturação apresentada pelo adjudicatário do mês imediatamente seguinte ao que estiver em curso.
- 13.3.** No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
- 13.4.** O Empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato.

14. ATOS E DIREITOS DE TERCEIROS

- 14.1.** Sempre que o Empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de a SCML ficar habilitada a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
- 14.2.** No caso de os trabalhos a executar pelo Empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o Empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

SECÇÃO III - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

15. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

- 15.1.** A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o presente Caderno de Encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
- 15.2.** Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o Empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da **cláusula 3.ª** deste caderno de encargos.
- 15.3.** O Empreiteiro deve possuir Alvará de Empreiteiro ou certificado emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC) que deve conter as seguintes classificações, de acordo com a Lei n.º 41/2015 de 3 de Junho:

• **LOTE 1 – EDIFÍCIOS CENTRAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

- Da 1.ª categoria (edifícios e património construído) na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem:
 - Da 4.ª subcategoria (alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias)
 - Da 5.ª subcategoria (estuques, pinturas e outros revestimentos)
 - Da 6.ª subcategoria (carpintarias)
 - Da 7.ª subcategoria (trabalhos em perfil não estruturais)
 - Da 8.ª subcategoria (canalizações e condutas em edifícios)
- Da 4.ª categoria (instalações elétricas e mecânicas) na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem:
 - Da 1.ª subcategoria (instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 Kva)
 - Da 9.ª subcategoria (infraestruturas de telecomunicações)
 - Da 12.ª subcategoria (aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração)
 - Da 19.ª subcategoria (outras instalações mecânicas e eletromecânicas)
- Da 5.ª categoria (instalações elétricas e mecânicas) na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem:
 - Da 1.ª subcategoria (demolições)
 - Da 11.ª subcategoria (impermeabilizações e isolamentos)

• **LOTE 2 - HOSPITAL ORTOPÉDICO DE SANT'ANA**

- i. Da 1.ª categoria (edifícios e património construído) na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem:
 - ✓ Da 1.ª subcategoria (estruturas e elementos de betão);
 - ✓ Da 4.ª subcategoria (alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias);
 - ✓ Da 5.ª subcategoria (estuques, pinturas e outros revestimentos);
 - ✓ Da 6.ª subcategoria (carpintarias);
 - ✓ Da 7.ª subcategoria (trabalhos em perfil não estruturais);
 - ✓ Da 8.ª subcategoria (canalizações e condutas em edifícios);
 - ✓ Da 9.ª subcategoria (instalações sem qualificação específica);
- ii. Da 4.ª categoria (instalações elétricas e mecânicas) na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem:
 - ✓ Da 1.ª subcategoria (instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 Kva)
 - ✓ Da 9.ª subcategoria (infraestruturas de telecomunicações)
 - ✓ Da 12.ª subcategoria (aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração)
 - ✓ Da 14.ª subcategoria (redes e ramais de distribuição de gás, instalações e aparelhos a gás)

- ✓ Da 19.ª subcategoria (outras instalações mecânicas e eletromecânicas)
- iii. Da 5.ª categoria (instalações elétricas e mecânicas) na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem:
 - ✓ Da 1.ª subcategoria (demolições)
 - ✓ Da 11.ª subcategoria (impermeabilizações e isolamentos)
 - ✓ Da 12.ª subcategoria (andaimes e outras estruturas provisórias)

15.4. A SCML pode solicitar ao Empreiteiro, sempre que o entender, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a empreitada objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

16. TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS

16.1. O Empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

16.1.1. Os trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade e de meios de telecomunicações, vias internas de circulação e tudo o mais necessário a esses trabalhos;

16.1.2. Os trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas.

16.2. A montagem do estaleiro depende do valor associado aos trabalhos a executar em cada solicitação da SCML.

16.3. O estaleiro e as instalações provisórias obedecem ao que se encontre estabelecido na legislação em vigor e neste caderno de encargos, devendo o respetivo estudo ou projeto ser previamente apresentado à SCML para verificação dessa conformidade. A planta definitiva do estaleiro e das instalações provisórias deve ser submetida à aprovação da Fiscalização no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data da consignação.

16.4. A limpeza do estaleiro, em particular no que se refere às instalações e aos locais de trabalho e de estada do pessoal, deve ser organizada de acordo com a regulamentação aplicável.

16.5. A identificação pública bem como os sinais e avisos a colocar no estaleiro da obra devem respeitar a legislação em vigor, nomeadamente, as menções referidas no artigo 348º do CCP.

16.6. As entidades fiscalizadoras podem ordenar a colocação dos sinais ou avisos em falta e a substituição ou retirada dos que não se encontrem conformes.

16.7. O Empreiteiro obriga-se a colocar na obra, oportunamente e sem encargos para a SCML, os sinais rodoviários e as balizagens para conveniente aviso e segurança do trânsito, com

particular atenção sempre que, por virtude das obras ou obstáculo de qualquer natureza, haja necessidade de desviar a circulação de pessoas e viaturas.

- 16.8.** Os encargos relativos a todos os trabalhos que devam considerar-se preparatórios ou acessórios referidos no número anterior são suportados pelo Empreiteiro.
- 16.9.** A preparação e o planeamento da execução da obra são da responsabilidade do Empreiteiro.
- 16.10.** Os atos previstos nos números anteriores devem obedecer às formalidades previstas no CCP e demais legislação aplicável.

17. LOCAIS E INSTALAÇÕES CEDIDOS PARA A EXECUÇÃO DA OBRA

Os locais e, eventualmente, as instalações que a SCML ponha à disposição do Empreiteiro devem ser exclusivamente destinados à implantação e exploração do estaleiro relativo à execução dos trabalhos.

18. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

- 18.1.** As instalações provisórias destinadas ao funcionamento dos serviços exigidos pela execução da empreitada devem obedecer ao disposto na **cláusula 16.3.** e ser submetidas à aprovação da Fiscalização.
- 18.2.** Aquela autorização não dispensa o Empreiteiro de tomar as medidas adequadas a evitar a danificação da parte da obra utilizada.

19. TRABALHOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

- 19.1.** Constitui encargo do Empreiteiro a realização dos trabalhos de proteção e segurança.
- 19.2.** Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção não definidos no caderno de encargos o Empreiteiro avisa a SCML, propondo as medidas a tomar, e interrompe os trabalhos afetados, até decisão daquela.
- 19.3.** No caso a que se refere o número anterior e estando envolvidos interesses de terceiros, a SCML procede aos contactos necessários com as entidades envolvidas, a fim de decidir das medidas a tomar.
- 19.4.** O Empreiteiro deve tomar as providências usuais para evitar que as instalações e os trabalhos da empreitada sejam danificados por inundações, tempestades ou outros fenómenos naturais, nomeadamente com a colocação de uma cobertura provisória.

20. DEPÓSITO E ARMAZENAGEM DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS OU ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

- 20.1.** O Empreiteiro deve possuir em depósito as quantidades de materiais e elementos de construção suficientes para garantir o normal desenvolvimento dos trabalhos, de acordo com o respetivo plano, sem prejuízo da oportuna realização das diligências de aprovação necessárias.

- 20.2.** Os materiais e elementos de construção devem ser armazenados ou depositados por lotes separados e devidamente identificados, com arrumação que garanta condições adequadas de acesso e circulação.
- 20.3.** Desde que a sua origem seja a mesma, a SCML poderá autorizar que, depois da respetiva aprovação, os materiais e elementos de construção não se separem por lotes, devendo, no entanto, fazer-se a separação por tipos.
- 20.4.** O Empreiteiro assegura a conservação dos materiais e elementos de construção durante o seu armazenamento ou depósito.
- 20.5.** Os materiais e elementos de construção deterioráveis pela ação dos agentes atmosféricos são obrigatoriamente depositados em armazéns fechados que ofereçam segurança e proteção contra as intempéries e humidade do solo.
- 20.6.** Os materiais e elementos de construção existentes em armazém ou depósito e que se encontrem deteriorados são rejeitados e removidos para fora do local dos trabalhos, nos termos da cláusula seguinte.

21. REMOÇÃO DOS MATERIAIS, ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO OU DEMOLIÇÃO

- 21.1.** Os materiais e elementos de construção rejeitados provisoriamente devem ser perfeitamente identificados e separados dos restantes.
- 21.2.** Os materiais e elementos de construção rejeitados definitivamente são removidos para fora do local dos trabalhos no prazo que a Fiscalização da obra estabelecer, de acordo com as circunstâncias.
- 21.3.** Em caso de falta de cumprimento pelo Empreiteiro das obrigações estabelecidas nos números anteriores pode a Fiscalização fazer transportar os materiais ou os elementos de construção em causa para onde mais convenha, pagando o que necessário for, tudo à custa do Empreiteiro, mas dando-lhe prévio conhecimento da decisão.
- 21.4.** O Empreiteiro, no final da obra, tem de remover do local dos trabalhos os restos de materiais ou elementos de construção, entulhos, equipamento, andaimes e tudo o mais que tenha servido para a sua execução, no prazo máximo de **10 (dez) dias** contados a partir da data de conclusão da empreitada.
- 21.5.** Se até à data marcada para a receção provisória da empreitada, o Empreiteiro não tiver procedido às remoções, pode a SCML mandar executá-las por conta do Empreiteiro. Todos os materiais e equipamentos que eventualmente existam nas áreas a desocupar são removidos para depósitos por conta do Empreiteiro, ficando este sujeito ao pagamento da multa. Caso a SCML entenda não fazer as remoções em causa procede à guarda das instalações por remover, impedindo o acesso do Empreiteiro aos materiais ou equipamento que eventualmente aí tenham sido deixados.
- 21.6.** Dentro dos prazos que a Fiscalização marcar, o Empreiteiro tem de remover do local dos trabalhos e da via pública todos os produtos resultantes de escavações, demolições, arranque de vegetação e limpeza geral.

22. APLICAÇÃO DOS MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo Empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratualmente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, na falta destas, os processos propostos pelo Empreiteiro e aprovados pela SCML.

23. DEPÓSITO DE MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO NÃO DESTINADOS À OBRA

O Empreiteiro não pode depositar nos estaleiros, sem autorização da SCML, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

24. MEDIÇÕES

24.1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pela SCML são feitas no local da obra com a colaboração do Empreiteiro e são formalizados em auto.

24.2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

24.3. Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

24.3.1. As normas oficiais de medição que se encontrem em vigor;

24.3.2. As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil na versão mais atualizada;

24.3.3. Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre a SCML e o Empreiteiro.

25. PATENTES, LICENÇAS, MARCAS DE FABRICO OU DE COMÉRCIO E DESENHOS REGISTRADOS

25.1. Correm inteiramente por conta do Empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução da empreitada, de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pela SCML.

25.2. No caso de a SCML ser demandada por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

SECÇÃO IV - PESSOAL

26. OBRIGAÇÕES GERAIS

- 26.1.** São da exclusiva responsabilidade do Empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 26.2.** O Empreiteiro fica obrigado a manter a boa ordem no local dos trabalhos, e a deles retirar, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem da SCML, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes da SCML, do Empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
- 26.3.** Sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal, a ordem referida no número anterior é fundamentada por escrito, sempre o que empreiteiro o exija.
- 26.4.** As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada têm de estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

27. HORÁRIO DE TRABALHO

- 27.1.** O Empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao Diretor de Fiscalização da Obra.
- 27.2.** O desenrolar dos trabalhos, nomeadamente em termos do respetivo horário, deve respeitar escrupulosamente o disposto em matéria de produção de ruído.
- 27.3.** Os trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos só podem ter lugar desde que a urgência da execução das obras ou outras circunstâncias especiais o exijam e a SCML o autorize.
- 27.4.** Qualquer alteração ao horário normal de trabalho que o Empreiteiro pretenda efetuar deve ser proposta à Fiscalização, por escrito, com a necessária antecedência.

28. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

- 28.1.** O Empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
- 28.2.** O Empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
- 28.3.** No caso de negligência do Empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Empreiteiro.

- 28.4.** O Empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.
- 28.5.** O Empreiteiro é responsável pela coordenação da atividade dos subempreiteiros, tendo em conta a natureza das atividades que cada um desenvolve, devendo ser efetuada uma cooperação adequada no sentido da proteção da segurança e saúde.
- 28.6.** A SCML pode em qualquer momento, proceder a auditorias ao Sistema de Segurança implementado pelo Empreiteiro.
- 28.7.** O não cumprimento por parte do Empreiteiro da legislação aplicável sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, e bem assim do estabelecido no presente grupo de cláusulas, no Plano de Segurança e Saúde, incluindo o não cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos de qualquer documento referido relativo à segurança e saúde no trabalho, pode determinar a comunicação ao IMPIC dessa ocorrência, ao abrigo do número 1 do artigo 30.º da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, para efeitos nomeadamente da aplicação do disposto no artigo 34.º do mesmo Decreto-Lei (levantamento de auto de notícia), sem prejuízo de outras ações que a SCML venha a estabelecer contratual ou legalmente admissíveis.

CAPÍTULO III - OBRIGAÇÕES DA SCML

29. PREÇO

- 29.1.** Pela execução de todos os trabalhos objeto do contrato a celebrar, para efeitos de apresentação de proposta que englobe os 2 (dois) Lotes, o preço global é de **1.400.000,00 € (Um milhão e quatrocentos mil euros)** acrescido de IVA à taxa legal aplicável.
- 29.2.** O preço por cada Lote corresponde ao preço pelo qual o(s) contrato(s) vão ser celebrados, sendo o(s) seguinte(s):
- Lote 1 – Edifícios Centrais da SCML:
1.000.000,00 € (um milhão euros) acrescido de IVA à taxa legal aplicável
 - Lote 2 – Hospital Ortopédico de Sant'Ana:
400.000,00 (quatrocentos mil euros) acrescido de IVA à taxa legal aplicável
- 29.3.** O preço global foi obtido através de custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo.
- 29.4.** No decurso da execução do contrato, a SCML paga apenas os trabalhos efetivamente executados, sendo que no caso de não ser atingido o valor total da adjudicação, tal não confere ao Adjudicatário o direito a ser indemnizado, seja a que título for.

30. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 30.1.** Os pagamentos a efetuar pela SCML têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais realizadas de acordo com o disposto na **cláusula 24.ª** deste Caderno de Encargos.
- 30.2.** Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, após a apresentação da respetiva fatura.
- 30.3.** As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
- 30.4.** As faturas devem ser enviadas via correio eletrónico, diretamente à Unidade de Informação e Modernização da Direção Financeira da SCML, para o endereço fatura@scml.pt, devendo mencionar obrigatoriamente o número da nota de encomenda enviado pela SCML, o número do procedimento e ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência e validação, e dos correspondentes índices utilizados e do cálculo justificativo do valor obtido.
- 30.5.** Apenas na impossibilidade de processamento de faturas digitais, as mesmas devem ser dirigidas à referida Unidade, para a morada sita na Calçada da Glória, n.º 53 – 1250-112 Lisboa.
- 30.6.** Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.
- 30.7.** No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o Empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao Empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
- 30.8.** O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que venham a ser aceites em momento posterior, mas que constam da primeira fatura emitida.
- 30.9.** O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.
- 30.10.** Não há lugar à concessão de adiantamentos.
- 30.11.** Os trabalhos complementares devem ser contabilizados no auto de medição correspondente ao mês em que a decisão foi tomada, de modo a possibilitar a verificação permanente da variação dos trabalhos da empreitada.

31. DESCONTOS NOS PAGAMENTOS

- 31.1.** Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o Empreiteiro tenha a receber em cada um dos

pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **5% (cinco por cento)** desse pagamento.

- 31.2.** O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

32. MORA NO PAGAMENTO

Em caso de atraso da SCML no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o Empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, os quais são obrigatoriamente abonados ao Empreiteiro, independentemente de este os solicitar e incidem sobre a totalidade da dívida.

33. REVISÃO DE PREÇOS

Não há lugar a revisão de preços.

SECÇÃO V - SEGUROS

34. CONTRATOS DE SEGURO

- 34.1.** O Empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste caderno de encargos e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.
- 34.2.** O Empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 34.3.** A SCML pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos na presente secção ou na legislação aplicável, não sendo admitida a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.
- 34.4.** Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas constituem encargo único e exclusivo do Empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 34.5.** Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Empreiteiro.
- 34.6.** Em caso de incumprimento por parte do Empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, a SCML reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.

- 34.7.** O Empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.
- 34.8.** Sempre que ocorra um sinistro participado à seguradora, é obrigatória a reposição automática de capital em todas as apólices e rubricas seguras que o vejam reduzido, no valor equivalente ao volume das indemnizações liquidadas ou previstas, obrigando-se o tomador do seguro a pagar o sobre prémio respetivo e a seguradora a aceitar essa reposição.
- 34.9.** O Empreiteiro, os seus subempreiteiros e a sua seguradora renunciam a qualquer possível direito de sub-rogação contra a SCML.

35. OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO

- 35.1.** O Empreiteiro subscreve em seu próprio nome, da SCML e de todos os seus subempreiteiros, uma apólice de Seguro de Construção e/ou Montagens tipo CAR (*Contractor's All Risks*), que englobe todos os trabalhos provisórios e definitivos de construção e montagens respeitantes ao Contrato. A apólice em referência engloba os danos à obra e a responsabilidade civil, adiante indicadas.
- 35.2.** Estas apólices devem conter uma condição especial no sentido de que nenhuma indemnização é liquidada pela seguradora relativamente aos Danos à Obra, sem o prévio conhecimento da SCML.
- 35.3.** As apólices de seguro acima referidas devem ser subscritas pelo Empreiteiro, a suas expensas, sendo permitida a adoção do regime de franquias, dedutíveis por cada sinistro, as quais ficam sempre a cargo do Empreiteiro, mas cujo nível quantitativo deve obter o acordo prévio da SCML, que não suporta qualquer franquia de sua conta.
- 35.4.** A subscrição destas apólices de seguro não invalida nem limita as responsabilidades assumidas contratualmente entre as partes e também não impede a efetivação de outros tipos de garantias de seguro, consideradas obrigatórias ou não, e que os diversos intervenientes na obra têm de exibir, através das apólices respetivas.
- 35.5.** Em caso de sinistro, são indemnizadas todas as perdas e/ou danos resultantes de acidentes de construção e/ou montagem, durante o período de execução dos trabalhos e mais 2 (dois) anos contados a partir da data de receção provisória dos trabalhos.
- 35.6.** A apólice inclui, além de todos os riscos habituais próprios desta modalidade de seguro técnico, as seguintes garantias adicionais:
- i. Danos em consequência de riscos de força maior da natureza;
 - ii. Danos resultantes de greves, assaltos, tumultos, atos de malvadez, terrorismo e sabotagem;
 - iii. Despesas com remoção de escombros, em caso de sinistro;

- iv. Perdas ou danos acidentais decorrentes de operações de manutenção a cargo do Empreiteiro ou originados por deficiências ocorridas durante a construção ou as montagens;
- v. Danos em consequência de risco de fabricante, decorrentes de erro ou deficiência de conceção, de fabrico ou de montagem em fábrica das peças ou equipamentos instalados na obra.

- 35.7.** Adicionalmente, as apólices devem ainda contemplar, por si ou por apólice separada, a cobertura de seguro de transporte de todas as mercadorias a incorporar na empreitada segura, quando estas tenham de ser colocadas sobre o estaleiro da responsabilidade do Empreiteiro e/ou seus subempreiteiros
- 35.8.** São indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e extra patrimonial causados a terceiros em geral e à SCML em particular, em consequência da execução dos trabalhos seguros e cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária.
- 35.9.** É exigida a inclusão da cláusula especial de responsabilidade civil Cruzada, dado o envolvimento de todas as entidades seguras, nomeadamente, Empreiteiro e subempreiteiros intervenientes.
- 35.10.** A garantia referente aos seguros de responsabilidade civil é válida desde o início dos trabalhos até dois anos após a data da receção provisória.
- 35.11.** O Empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice abrange todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
- 35.12.** O Empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice abrange toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.
- 35.13.** O Empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice cobre todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.
- 35.14.** No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice, cobre no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, e o capital seguro corresponde ao respetivo valor patrimonial.

- 35.15.** O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 12 desta cláusula tem de respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

CAPÍTULO IV – CLÁUSULAS TÉCNICAS

36. ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) é detentora de um vasto património imobiliário, grande parte dele situado na área da Grande Lisboa. De acordo com os seus Estatutos, a gestão desse património é da responsabilidade do Departamento de Gestão Imobiliária e Património (DGIP).

Desde há cinco anos, a SCML encetou um plano de modernização e melhoria contínua de práticas e procedimentos com vista a uma maior e melhor capacidade de resposta aos problemas e necessidades decorrentes da correta gestão daquele património.

Na sequência do anterior contrato de manutenção em edifícios e frações da SCML, volta-se a lançar o procedimento com o objetivo de satisfazer as necessidades dos “clientes” (internos e externos), de modo a dar respostas de forma eficaz às várias solicitações de gestão de um grande parque imobiliário.

37. ÂMBITO DA EMPREITADA

- 37.1.** O presente Caderno de Encargos abrange a contratação de intervenções de construção civil de:

- Manutenção/Conservação Preventiva;
- Manutenção/Conservação Corretiva;
- Acompanhamento ao Dono de Obra, compreendendo: verificação do estado de conservação de frações/fogos e elaboração de respetivo relatório de eventuais necessidades de manutenção/conservação/reparação/alteração.

- 37.2.** Todos os serviços são prestados em edifícios e frações/fogos (habitacionais e não habitacionais) sob responsabilidade de gestão do DGIP (conforme **ANEXOS A e B** do presente Caderno de Encargos)

- 37.3.** À listagem de imóveis constantes dos **ANEXOS A e B** do presente Caderno de Encargos, e durante a vigência do contrato, podem incluir-se outros, nomeadamente que tenham sido objeto de obras de requalificação/reabilitação geral, e/ou não considerar outros edifícios/frações.

38. DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES A REALIZAR

38.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

(a aplicar aos edifícios constantes dos **ANEXOS A e B** do presente Caderno de Encargos, devidamente assinalados sem prejuízo de poderem ser anexados outros)

- i. A manutenção preventiva corresponde a um conjunto de atividades com base num planeamento e periodicidade estabelecidos, de modo a atuar antes da ocorrência de

- anomalias ou falha dos elementos construtivos, e assim permitir uma diminuição de trabalhos extraordinários.
- ii. Os elementos construtivos dos edifícios são avaliados nas inspeções periódicas para determinação do seu estado de conservação e permitir a monitorização da evolução da sua condição.
 - iii. No início do contrato, o Adjudicatário deve apresentar um Plano de Manutenção Preventiva para os edifícios posteriormente definidos pela SCML (assinalados nos **ANEXOS A e B** do presente Caderno de Encargos), definindo claramente as ações a realizar, incluindo inspeção e ensaios, correspondente calendarização e eventuais restrições, tendo por base os referidos Anexos do Caderno de Encargos a título de mínimo de serviços/inspeções/ações a realizar.
 - iv. Os Planos de Manutenção Preventiva por edifício devem ser revistos anualmente ou sempre que tal se mostrar necessário em função de acontecimentos/eventos que surjam.
 - v. No decorrer das inspeções periódicas aos edifícios, conforme respetivo Plano aprovado, caso os parâmetros de avaliação não cumpram os requisitos definidos, essas mesmas inspeções devem gerar Ordens de Trabalho (OT) devidamente orçamentadas com base na Lista de Preços Unitários anexa ao programa de concurso (**Anexos II, III**), para, após aprovação expressa pela SCML, posterior resolução das anomalias detetadas nos prazos estabelecidos.
 - vi. Para todos os materiais, trabalhos, equipamentos e demais serviços que não estejam previstos na Lista de Preços Unitários anexa ao programa de concurso (**Anexos II, III**), os orçamentos a apresentar devem ter por base os respetivos “preços secos” do que estiver em causa acrescidos do “**FATOR C**” ou “**FATOR B**”, consoante seja o Lote 1 ou Lote 2, respetivamente, constante da proposta da adjudicada.
 - vii. Caso a SCML não aprove o referido orçamento, pode impor a subcontratação de entidade ou fornecedor para a realização dos trabalhos em causa, com indicação do respetivo orçamento a aplicar.

38.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA

(a aplicar a todos os imóveis – edifícios e fogos/frações – constantes do **ANEXOS A e B** ao presente Caderno de Encargos, sem prejuízo de poderem ser anexados outros)

- i. Este tipo de manutenção corresponde a todas as intervenções realizadas após a ocorrência de avarias e/ou de expressa solicitação/reclamação, de modo a estabelecer, com carácter duradouro, a plena funcionalidade dos equipamentos, recursos, fogos/frações e/ou edifícios.
- ii. A manutenção corretiva pode ser planeada ou com carácter urgente, dependendo da necessidade identificada e que estiver em causa devendo ser explicitado o grau de urgência associado de acordo com a seguinte classificação:

- a) **TIPO 1 – Urgente**, corresponde a avaria ou anomalia que originou a falha, total ou parcial, do elemento ou instalação e que retirou toda a sua operacionalidade;
 - b) **TIPO 2 – Normal**, corresponde a avaria ou anomalia que pela sua natureza não põe em risco a segurança de pessoas e bens, nem prejudica o normal funcionamento das instalações e equipamentos;
 - c) **TIPO 3 – Planeada**, corresponde a intervenções planeadas pela SCML para melhoria de funcionamento das instalações e equipamentos;
- iii. Os trabalhos a efetuar por solicitação da SCML no âmbito das intervenções de Manutenção Corretiva dos Tipos “1-Urgente” e “2-Normal”, devem gerar Ordens de Trabalho (OT) devidamente orçamentadas com base na Lista de Preços Unitários anexa ao programa de concurso (**Anexos II, III**), para, após aprovação expressa pela SCML, posterior resolução das anomalias detetadas nos prazos estabelecidos.
- iv. Relativamente às intervenções do Tipo “3-Planeadas”, são consideradas ações de manutenção corretiva, todas aquelas que incluem trabalhos a realizar, mediante expressa solicitação da SCML, através da apresentação de memória descritiva específica, acompanhada de respetiva lista/mapa de quantidades, bem como da indicação dos prazos para apresentação da proposta e execução dos trabalhos.
- v. As propostas e respetivos orçamentos a apresentar devem ter como base a Lista de Preços Unitários anexa ao programa de concurso (**Anexos II, III**). Para as intervenções de Manutenção Corretiva do Tipo “1-Urgente” devem ser utilizados a listagem dos valores dos trabalhos simples, enquanto para as intervenções de Manutenção Corretiva dos Tipos “2-Normal” e “3-Planeadas” devem ser aplicados a listagem dos valores de trabalho compostos.
- vi. Para todos os materiais, trabalhos, equipamentos e demais serviços que não estejam previstos na Lista de Preços Unitários anexa ao programa de concurso (**Anexos II, III**), os orçamentos a apresentar devem ter por base os respetivos “preços secos” do que estiver em causa acrescidos do “**FATOR C**” ou “**FATOR B**”, consoante seja o Lote 1 ou Lote 2, respetivamente, constante da proposta adjudicada.
- vii. Caso a SCML não aprove o referido orçamento, pode impor a subcontratação de entidade ou fornecedor para a realização dos trabalhos em causa, com indicação do respetivo orçamento a aplicar.

39. ACOMPANHAMENTO AO DONO DE OBRA - VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE FRAÇÕES/FOGOS

- 39.1.** Quando da saída de inquilinos de frações/fogos ou sempre que entender, a SCML pode solicitar ao adjudicatário a realização de uma vistoria com vista à elaboração de um relatório que deve refletir o estado em que as instalações e equipamentos (caso existam) se encontram e respetivas necessidades de manutenção/conservação/reparação/alteração.

39.2. Neste tipo de situações deve-se realizar uma reunião no início do processo de levantamento dos trabalhos necessários para a SCML poder explicitar quais são os objetivos que se pretendem com a realização da intervenção.

39.3. Caso existam anomalias, avarias ou se mostre necessário efetuar reparações e/ou alterações, o Adjudicatário deve apresentar propostas concretas de resolução, incluindo memória descritiva específica, acompanhada de respetiva lista/mapa de quantidades e sua orçamentação com base na Lista de Preços Unitários anexa ao programa de concurso (**Anexos II, III**) bem como indicação do prazo para execução dos trabalhos propostos.

40. ATIVIDADES E PRAZOS DAS EMPREITADAS A REALIZAR

40.1. Os trabalhos referentes à Manutenção Corretiva realizam-se mediante solicitação da SCML que explica o grau de urgência associado de acordo com a classificação definida em **38.2.** com o seguinte modo de atuação exigido:

a) TIPO 1 – Urgente

- i. Atendimento imediato ao contato da SCML e resposta, por telefone e correio eletrónico, mencionando o prazo de realização da visita ao local até **1 hora** após o contato da SCML;
- ii. Presença no local da equipa de assistência técnica até **6 horas** após a chamada e resolução da anomalia no prazo de **24 horas** contadas da respetiva autorização/aprovação da SCML;

b) TIPO 2 – Normal (avaria ou anomalia que pela sua natureza não põe em risco a segurança de pessoas e bens, nem prejudica o normal funcionamento das instalações e equipamentos)

- i. Resposta ao contato da SCML (telefónico, correio eletrónico, etc.), por correio eletrónico mencionando o prazo de realização da visita até **24 horas** após o contacto da SCML;
- ii. Presença no local da equipa de assistência técnica até **120 horas** após a chamada e resolução a acordar com a SCML;

c) TIPO 3 – Planeada

- i. Resposta ao contato da SCML (telefónico, correio eletrónico, etc.), por correio eletrónico mencionando o prazo de realização da visita até **48 horas** após o contato da SCML;
- ii. Realização das intervenções de acordo com as orientações definidas pela SCML e sempre num prazo a acordar entre as duas entidades.

40.2. Os trabalhos referentes à Manutenção Preventiva realizam-se mediante solicitação da SCML devendo as atividades e prazos a aplicar corresponder à classificação de intervenção do Tipo 3 – Planeada da Manutenção Corretiva.

40.3. Sem prejuízo do direito de indemnização a que possa haver lugar, o incumprimento do tempo de resposta às solicitações telefónicas ou por correio eletrónico da SCML e/ou do prazo de

resolução das anomalias, fica sujeito ao regime de penalidades previsto na **cláusula 13.ª** do presente Caderno de Encargos.

41. ESTRUTURA DE GESTÃO: MEIOS HUMANOS E MATERIAIS A AFETAR AO CONTRATO

41.1. FUNÇÃO PLANEAMENTO

- i. A função Planeamento é responsável pela gestão do sistema, isto é, controla e gere a informação, prepara e executa as ações de manutenção e é responsável pela elaboração de relatórios de atividade, autos e faturação, com periodicidade mensal, a serem entregues à SCML.
- ii. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a nomear um representante responsável pelo acompanhamento e que desempenhe o papel de interlocutor com a SCML para todos os fins associados à execução do contrato, o Gestor de Contrato.
- iii. O Gestor de Contrato é, preferencialmente, um único colaborador que articula as solicitações de contato entre a SCML e o adjudicatário para a realização da assistência, registo e encaminhamento das reclamações, pedidos de trabalhos, prestação de informações, reencaminhamento de mensagens, etc.
- iv. O Gestor de Contrato deve usar a internet, o correio eletrónico e o telefone como meios privilegiados de comunicação.
- v. Fora do horário normal de funcionamento, entendido este como todos os dias úteis entre as 09:00h e as 18:00h, deve ser disponibilizado um contato de emergência sempre disponível 24 horas durante os 365 dias.
- vi. O Gestor de Contrato deve usar programas informáticos que permitam criar uma pequena base de dados (ex.: folha de cálculo) para registar todas as solicitações da SCML, assim como todos os pedidos de intervenção e deve ser atribuído uma Ordem de Trabalho (OT) a cada pedido, cuja referência o identifica até à sua conclusão.
- vii. A base de dados que se refere no ponto anterior deve ser disponibilizada mensalmente à SCML para controlo, monitorização, efetiva resolução de cada pedido e melhor articulação entre as partes.
- viii. Todos os custos da função de planeamento são da responsabilidade do adjudicatário.
- ix. Para responder perante a SCML sobre todas as questões inerentes à execução dos trabalhos a realizar e que se pretende contratar, o adjudicatário deve dispor, no mínimo, de um técnico superior licenciado em Engenharia Civil, com um mínimo de 5 (cinco) anos de experiência profissional em funções idênticas ou enquanto diretor de obras ou de fiscalização.

41.2. FUNÇÃO EXECUÇÃO

- i. A função Execução deve preparar os meios humanos e materiais necessários à execução dos trabalhos a realizar com rigor e profissionalismo, respeitando as regras de Higiene e Segurança no Trabalho.
- ii. Esta função deve ser assegurada, no mínimo, por dois elementos, um oficial e um ajudante da especialidade de construção civil, munidos de telemóvel, com uma viatura devidamente equipada com materiais, equipamentos e ferramentas, para os trabalhos mais recorrentes, como sendo fechaduras, canalizações, material elétrico, pavimentos, durante os seguintes períodos:
 - a) Horário Normal: das 09:00h às 18:00h, durante os dias úteis, em regime de serviço normal;
 - b) Fora Horário Normal: depois das 18:00h, nos dias úteis, Sábados, Domingos e Feriados, em regime de prevenção por chamada telefónica.
- iii. Os meios humanos afetos à função Execução representam toda a mão-de-obra, quer direta, quer indireta (subcontratação), necessária à execução de todos os trabalhos solicitados, com aplicação dos materiais e equipamentos constantes da Listagem de Preços Unitários anexa ao presente Caderno de Encargos (Anexos A e B).
- iv. Todos os elementos devem estar devidamente fardados, equipados com todo o equipamento de segurança necessário a uma boa execução dos trabalhos e devidamente identificados com um cartão pessoal.
- v. Estes recursos devem executar os trabalhos em todas as especialidades que lhe sejam atribuídos, tendo sempre em atenção a correta sinalização e delimitação dos locais a intervir, de modo a evitar possíveis acidentes com inquilinos, colaboradores ou terceiros.
- vi. Durante a execução dos trabalhos, sempre que sejam verificadas outras anomalias, mesmo não constantes nas tarefas da Ordem de Trabalho (OT) em execução, aquelas devem ser imediatamente transmitidas à SCML e ao responsável pela execução do contrato perante a SCML, de modo a que sejam decididos os modos de atuação.
- vii. Uma **Ordem de Trabalho** (OT) é o documento que dá origem à execução de um trabalho.
 - a) As OT devem ser abertas quando ocorre uma anomalia, reclamação ou no decorrer de uma ação de manutenção, preventiva ou corretiva, ou ainda intervenções a pedido da SCML.
 - b) Deve conter todo o processo de execução dos trabalhos, materiais/mão-de-obra utilizados, custos associados e tempos de resposta.
 - c) Quando o trabalho for executado com sucesso, a OT é fechada. No entanto, caso ocorra alguma reclamação dos trabalhos realizados, uma OT pode ser reaberta, sendo acionada a garantia de obra e, conseqüentemente, toda essa informação deverá constar nessa mesma OT.
 - d) As OT só podem ser executadas com prévia autorização/aprovação da SCML. Caso a SCML não aprove o referido orçamento, pode impor ao adjudicatário uma entidade a subcontratar ou fornecedor para a realização daqueles trabalhos, com indicação do orçamento a aplicar, ficando o adjudicatário obrigado a realizá-lo.

42. MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: PROCEDIMENTOS E FLUXO DA INFORMAÇÃO

42.1. A articulação entre a SCML e o adjudicatário deve obedecer às seguintes etapas:

- 1º.** Solicitação pela SCML ao Adjudicatário, efetuado por contato telefónico ou correio eletrónico, definindo o objetivo da mesma e, no caso dos trabalhos estipulados na **cláusula 40.ª**, deve ser estipulada a seguinte informação:
 - a)** Morada da intervenção;
 - b)** Número do prédio referência da SCML;
 - c)** Breve descrição da anomalia;
 - d)** Tipo de Intervenção;
 - e)** Prazo de resposta.
- 2º.** Resposta do Adjudicatário efetuado por contato telefónico e correio eletrónico dentro dos prazos estipulados na **cláusula 40.ª**, com o agendamento de visita ou envio de MQT ou OT.
- 3º.** Realização dos trabalhos após aprovação pela SCML, por escrito ou contato telefónico, este último para os casos **Tipo 1 – Urgente**.

42.2. A elaboração e envio de MQT ou OT pelo adjudicatário, após a realização de visitas solicitadas pela SCML, com exceção das do Tipo 1 – Urgente, devem ter resposta no prazo máximo de **cinco (5) dias úteis**.

42.3. Qualquer pedido de alteração ou retificação aos MQT ou OT devem ter resposta no prazo máximo de **quarenta e oito (48) horas**.

42.4. Só podem apresentar propostas as empresas legalmente constituídas e com alvará de construção válido emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI) com as categorias e subcategorias mínimas e em classe mínima de 2 (dois), referidas na cláusula 15 do presente Caderno de Encargos.

42.5. A SCML é sempre a proprietária da base de dados de apoio à execução do trabalho e elaborada pelo adjudicatário pelo que, à data da cessação do respetivo contrato, essa base de dados reverte para a SCML.

42.6. Em caso de extinção do contrato, independentemente do motivo que lhe der origem, o Empreiteiro obriga-se a prestar toda a assistência necessária na transição dos serviços objeto do presente contrato à entidade adjudicante ou para terceiro por esta designada, de modo a que se garanta a continuidade dos serviços objeto do contrato, a mínima perturbação destes e que a transição ocorra de forma progressiva e ordenada

CAPÍTULO V - REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

43. REPRESENTAÇÃO DO EMPREITEIRO

43.1. O Adjudicatário deve comunicar à SCML, até à data da apresentação dos documentos de habilitação, o nome do seu Representante, que serve de interlocutor para todas as fases de execução do contrato.

- 43.2.** Durante a execução do contrato, o Empreiteiro é representado por um Diretor de Obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no Caderno de Encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 43.3.** O Empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pela SCML, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: engenheiro civil.
- 43.4.** Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o Empreiteiro confirma, por escrito, o nome do Diretor de Obra, indicando a sua qualificação técnica, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 43.5.** As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
- 43.6.** O Diretor de Obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
- 43.7.** A SCML pode impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do Diretor de Obra.
- 43.8.** Caso venha a ser exigida a substituição do Diretor de obra, a mesma deve ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da comunicação. O Empreiteiro deve apresentar os documentos do novo técnico com a antecedência de 5 (cinco) dias.
- 43.9.** Na ausência ou impedimento do Diretor de Obra, o Empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 43.10.** O Empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do plano de segurança e saúde.
- 43.11.** O Empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.
- 43.12.** A substituição do técnico designado na Proposta para Diretor de Obra só é autorizada em caso de força maior devidamente justificado e aceite pela SCML.
- 43.13.** Em caso de aceitação, pela SCML, da justificação a que se refere o número anterior, o Empreiteiro obriga-se a submeter à prévia aprovação da SCML um outro técnico com formação, perfil e experiência, no mínimo, equivalentes às do técnico designado na Proposta.
- 43.14.** O Empreiteiro entrega à Fiscalização, no mesmo prazo estabelecido no número 3 da presente cláusula, documento escrito indicando o nome, a qualificação, as atribuições e a respetiva posição no organograma da equipa da empreitada de todos os técnicos que intervenham na execução dos trabalhos, e que, nominalmente constam da proposta que submeteu, então, na sua qualidade de Concorrente.

44. REPRESENTAÇÃO DA SCML

- 44.1.** Durante a execução a SCML é representada por um Diretor de Fiscalização da Obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 44.2.** A SCML notifica o Empreiteiro da identidade do Diretor de Fiscalização da Obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
- 44.3.** O Diretor de Fiscalização da Obra tem poderes de representação da SCML em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe são postas pelo Empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato.
- 44.4.** A obra e o Empreiteiro ficam também sujeitos à Fiscalização que, nos termos da lei, incumba a outras entidades.
- 44.5.** As determinações e instruções da Fiscalização são obrigatoriamente confirmadas por escrito.
- 44.6.** A Fiscalização, mediante a autorização da SCML, tem autoridade para suspender os trabalhos, total ou parcialmente, quando houver incumprimento do Plano de Segurança e Saúde ou das disposições do Contrato.
- 44.7.** A presença ou ausência de elementos da Fiscalização não pode ser invocada para ilibar o Empreiteiro das obrigações inerentes à empreitada.
- 44.8.** A SCML designa também um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a sua execução.
- 44.9.** Ao gestor do contrato compete, em caso de deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunicar de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

CAPÍTULO VI - RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

45. RECEÇÃO PROVISÓRIA

- 45.1.** A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do Empreiteiro ou por iniciativa da SCML, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
- 45.2.** No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
- 45.3.** O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

46. PRAZO DE GARANTIA

- 46.1.** Na data da assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o Empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra

- 46.2.** O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos de obra:
- i. **10 (dez) anos** para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;
 - ii. **5 (cinco) anos** para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas;
 - iii. **2 (dois) anos** para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.
- 46.3.** Caso tenham ocorrido receções provisórias parciais, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pela SCML, desde que suscetível de uso independente e autonomizável.
- 46.4.** Excetuam-se do disposto no n.º 2 da presente cláusula as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

47. RECEÇÃO DEFINITIVA

- 47.1.** A vistoria à obra para efeitos de receção definitiva é realizada 5 (cinco) anos após a receção provisória.
- 47.2.** Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta é definitivamente recebida.
- 47.3.** A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
- i. Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpra todas as exigências contratualmente previstas;
 - ii. Cumprimento, pelo Empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
- 47.4.** No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do Empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, a SCML fixa o prazo para a correção dos problemas detetados por parte do Empreiteiro, findo o qual é fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.
- 47.5.** São aplicáveis à vistoria e ao auto de receção definitiva, bem como à falta de agendamento ou realização da vistoria pelo dono da obra, os preceitos que regulam a receção provisória quanto às mesmas matérias, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 398.º do CCP.

48. RESTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS E QUANTIAS RETIDAS E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO

A restituição, ao Empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título é efetuada nos termos da lei em vigor na data do lançamento da presente empreitada.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS**49. DEVERES DE COLABORAÇÃO RECÍPROCA E INFORMAÇÃO**

- 49.1.** As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.
- 49.2.** Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
- 49.3.** Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 49.4.** No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente é afetada a execução do contrato.

50. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 50.1.** O Empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 50.2.** A SCML apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando:
- i. Não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP; ou
 - ii. Haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato, nos termos do disposto do artigo 320.º do CCP, ou
 - iii. Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 385.º do CCP, quando as particularidades da obra justifiquem uma especial qualificação técnica do Empreiteiro e a mesma seja exigida ao Empreiteiro na fase de formação do contrato.
- 50.3.** A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização da SCML, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que sejam exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 50.4.** Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no n.º 1 do artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
- 50.5.** O Empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do Empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
- 50.6.** O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

- 50.7.** No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o Empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto à SCML, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 50.8.** No caso de subcontratação, o Adjudicatário permanece integralmente responsável perante a SCML pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações resultantes do contrato.
- 50.9.** A SCML pode ceder a sua posição contratual devendo comunicar ao Empreiteiro a realização da cessão com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- 50.10.** Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Adjudicatário cede a sua posição contratual ao Concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato, que venha a ser indicado pela SCML, pela ordem sequencial do procedimento, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato, nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 318.º-A do CCP.
- 50.11.** A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
- 50.12.** Os direitos e obrigações do Adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato da cessão da posição contratual, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor, de acordo com o n.º 5 do artigo 318.º-A do CCP.
- 50.13.** A posição contratual do Adjudicatário nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta, conforme previsto no n.º 8 do artigo 318.º-A do CCP.

51. RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELA SCML

- 51.1.** Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a SCML pode resolver o contrato nos seguintes casos:
- i.** Situações previstas no n.º 1 do artigo 333.º do CCP;
 - ii.** Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir com qualquer uma das suas obrigações, designadamente, não cumprir com o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - iii.** Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pela SCML, o Empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
 - iv.** Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
 - v.** Se ocorrer um atraso na execução dos trabalhos superior a 1/5 do prazo de execução da obra, desde que a responsabilidade desse atraso seja imputável ao empreiteiro;

- vi. Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos complementares decorridos **15 (quinze) dias** da notificação da decisão da SCML que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
 - vii. Se houver suspensão da execução dos trabalhos pela SCML por facto imputável ao Empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
 - viii. Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
 - ix. Se, durante algum momento da execução da obra, o valor total acumulado faturado da obra seja inferior a **20% (vinte por cento)** do valor referido no cronograma financeiro apresentado na fase de formação do contrato, desde que a responsabilidade por esse desvio seja imputável ao empreiteiro;
 - x. Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
 - xi. Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
- 51.2.** Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do Empreiteiro, o montante respetivo é deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a SCML poder executar as garantias prestadas.
- 51.3.** Independentemente da causa de resolução do contrato e sem prejuízo do direito e dever de justa indemnização, a SCML pode fazer suas as obras que já tenham sido realizadas pelo Empreiteiro.
- 51.4.** A decisão de resolução do contrato deve ser fundamentada e notificada ao Empreiteiro por carta registada com aviso de receção.

52. RESOLUÇÃO DO CONTRATO PELO EMPREITEIRO

- 52.1.** Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o Empreiteiro pode resolver o contrato nos casos previstos no n.º 1 do artigo 332.º do CCP.
- 52.2.** No caso de alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do Empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
- 52.3.** O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
- 52.4.** No caso de Incumprimento de obrigações pecuniárias pela SCML por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à

SCML, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a SCML cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

53. CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

- 53.1.** Em caso fortuito ou de força maior, o contraente atingido notifica imediatamente, por escrito a outra parte, fornecendo-lhe todas as informações relevantes no prazo de **10 (dez) dias seguidos**, através de carta registada com aviso de receção, para que de colaboração as partes procedam ao seu apuramento e à determinação dos seus efeitos. Se a parte afetada assim não proceder não pode mais invocar os seus direitos, salvo se o caso fortuito ou de força maior a houver impedido também de solicitar oportunamente o apuramento do facto.
- 53.2.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

54. CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

- 54.1.** No âmbito da Política de Compras Sustentáveis da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Adjudicatário fica obrigado a cumprir e fazer cumprir as normas do CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA em vigor, no exercício das relações comerciais estabelecidas com a mesma, constante do **ANEXO C** ao presente Caderno de Encargos e disponível para consulta em <http://www.scml.pt>.
- 54.2.** O Adjudicatário deve entregar, com a outorga do contrato, a DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, através da qual procede à respetiva aceitação expressa, conforme modelo constante também do **ANEXO D** ao presente Caderno de Encargos.

55. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 55.1.** Sempre que a execução do contrato implicar a necessidade de tratamento de dados pessoais recolhidos pela SCML, o adjudicatário obriga-se a apresentar garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma que o tratamento satisfaça os requisitos legais aplicáveis e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.
- 55.2.** Por "tratamento de dados pessoais" ou "tratamento", entende-se: qualquer operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

55.3. Para efeitos do tratamento de dados pessoais sob a responsabilidade da SCML, o Adjudicatário obriga-se a:

- 55.3.1.** Proceder ao tratamento dos dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que for necessário relativamente à execução do objeto do presente procedimento e somente durante o período de vigência do mesmo;
- 55.3.2.** Tratar os dados pessoais de uma forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental;
- 55.3.3.** Informar, de imediato, a SCML assim que tiver conhecimento da ocorrência de qualquer incidente de segurança no tratamento;
- 55.3.4.** Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções expressas e documentadas da SCML, a menos que seja legalmente obrigado a fazê-lo, informando nesse caso a SCML desse requisito jurídico antes do tratamento;
- 55.3.5.** Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram previamente um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 55.3.6.** Adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado aos riscos apresentados pelo tratamento em causa, incluindo, consoante o que for adequado: a pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais; a capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento; a capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico; um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- 55.3.7.** Não contratar outro subcontratante sem que a SCML tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito;
- 55.3.8.** Prestar assistência à SCML, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos;
- 55.3.9.** Prestar assistência à SCML, de acordo com a natureza do tratamento e a informação ao dispor do Adjudicatário, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações relativas, à aplicação de medidas de segurança adequadas ao tratamento dos dados pessoais, à notificação atempada e fundamentada de qualquer violação de dados pessoais, e à avaliação prévia de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais;
- 55.3.10.** Apagar ou devolver todos os dados pessoais à SCML, consoante opção expressa da Entidade Adjudicante, depois de concluída a empreitada, relacionados com o

tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja legalmente exigida;

55.3.11. Disponibilizar à SCML todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, bem como facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela SCML ou por outro auditor por esta mandatado.

55.4. O Adjudicatário obriga-se, ainda, a cooperar plenamente com a SCML e a satisfazer as respetivas solicitações, relativamente ao tratamento de dados pessoais, e, em especial, quando:

55.4.1. Um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário no âmbito do presente procedimento;

55.4.2. A SCML tenha de realizar diligências destinadas ao cumprimento de qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação, relativa ao tratamento de dados pessoais no âmbito do presente procedimento.

55.5. A qualquer subcontratante que seja contratado pelo Adjudicatário, após autorização escrita dada pela SCML para o efeito, impõem-se as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente procedimento para o Adjudicatário, mantendo-se este, em todo o caso, plenamente responsável perante a SCML pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo subcontratante.

56. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

56.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas são dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

56.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato tem de ser comunicada à outra parte.

57. CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

58. FORO COMPETENTE E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

58.1. Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente procedimento de empreitada é exclusivamente competente o foro da Comarca de Lisboa com expressa renúncia a qualquer outro, sendo a legislação portuguesa a aplicável.

58.2. Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observa-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

ANEXO A - LOTE 1: EDIFÍCIOS CENTRAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(DISPONIBILIZADO EM VERSÃO PDF)

ANEXO B - LOTE 2: HOSPITAL ORTOPÉDICO DE SANT'ANA

(DISPONIBILIZADO EM VERSÃO PDF)

ANEXO C - CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

(VERSÃO DISPONIBILIZADA EM FORMATO PDF)

**ANEXO D - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO FORNECEDOR COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS
FORNECEDORES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA**

DENOMINAÇÃO DA EMPRESA: _____

NÚMERO DE PESSOA COLETIVA: _____

MORADA (SEDE): _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL: _____

MORADA: _____

CARGO: _____

Tendo recebido e tomado conhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, declara que se compromete a cumprir as suas normas, além das obrigações assumidas no contrato de **EMPREITADA PARA CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA** celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em (indicar a data).

Data e Local

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do declarante e carimbo
